

**PRÁTICAS PSICOLÓGICAS NO APOIO ÀS MULHERES VÍTIMAS DE
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO BRASIL**

Amanda Ferreira Mendonça

Eliada Dias Oliveira

Jéssica Boaventura

Raquel Rosa do Vale

Margareth Regina Gomes Veríssimo de Faria

**UNIVERSIDADE EVANGÉLICA DE GOIÁS – UNIEVANGÉLICA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

ANÁPOLIS

2024

RESUMO

A violência contra a mulher é um fenômeno heterogêneo, se apresentando de várias formas e que persiste em diversas sociedades ao redor do mundo, incluindo o Brasil, no qual foi perpetuado a partir do colonialismo. Este estudo trata-se de uma revisão de literatura que apresenta um panorama de quais as práticas mais utilizadas pelos profissionais da psicologia e intervenções disponíveis, buscando avaliar a aplicabilidade e eficácia dos serviços oferecidos e identificar estratégias para aprimorar as políticas e intervenções de combate a esse tipo de violência. O levantamento bibliográfico foi realizado na base de dados Scielo, biblioteca virtual da saúde, Google Acadêmico e Portal Capes considerando apenas artigos publicados nos últimos 10 anos, ou seja, a partir do ano de 2014 até 2024. Foram selecionados oito artigos que apresentavam ou propunham algum tipo de intervenção psicológica utilizada na atenção à mulher em situação de violência. Os artigos discutidos exploram as principais intervenções psicológicas para mulheres vítimas de violência doméstica no Brasil, com foco em como essas intervenções são aplicadas na rede pública de saúde. Foram identificados diversos métodos, como acolhimento, orientação sobre direitos, encaminhamento a serviços de apoio e atendimentos grupais e individuais. Os dados destacam a importância de promover a autonomia dessas mulheres, além de uma integração entre teorias psicológicas e políticas feministas para lidar com a complexidade da violência de gênero. No entanto, há desafios, como a falta de infraestrutura adequada, a precariedade nas condições de trabalho dos psicólogos e a escassez de diretrizes claras para a atuação.

Palavras- Chave: Violência doméstica, Intervenção Psicológica, Políticas públicas.

1. INTRODUÇÃO

A violência é caracterizada como o uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação (Organização Mundial da Saúde, 2003).

A violência contra a mulher é um fenômeno complexo, que se manifesta de diferentes formas e continua prevalente em diversas culturas ao redor do mundo, inclusive no Brasil, no qual foi perpetuado a partir do colonialismo no qual a servidão, assim como a escravidão, apontou o caminho para um sistema desigual. O único direito da mulher era servir o homem, além de ser considerada sua propriedade, para que assim ele pudesse passar para a condição de homem para ganhar mais posições para se tornar chefe de família e estabelecer o seu próprio negócio e império econômico. Três a cada dez mulheres já sofreram algum tipo de violência provocada por homens (DATASENADO 2021).

A lei 11.340/2006 representa um avanço significativo na proteção dos direitos das mulheres no Brasil, sendo um marco legal que busca combater a violência doméstica e familiar. Sancionada em 2006, a lei foi nomeada em homenagem a Maria da Penha Maia Fernandes, uma mulher que lutou por justiça após ser vítima de violência por parte de seu marido. A legislação define violência de gênero em suas diversas formas. A Lei Maria da Penha não apenas protege as mulheres em situação de violência, mas também promove uma reflexão sobre as desigualdades de gênero e a necessidade de um compromisso social no enfrentamento desse tipo de violência.

A Lei Maria da Penha estabelece cinco categorias de violência doméstica contra a mulher: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. A violência física refere-se a agressões que comprometem a integridade corporal da mulher. Por outro lado, a violência psicológica tem o objetivo de causar danos emocionais e exercer controle sobre a vítima. A violência sexual envolve a coerção para a prática de atos sexuais indesejados. Já a violência patrimonial se manifesta por meio da destruição ou retenção de bens da mulher. Por fim, a violência moral diz respeito à difamação e injúrias que ferem a honra da mulher. Todas essas formas de violência representam graves violações dos direitos humanos (Brasil, 2006).

Cerca de metade das mulheres brasileiras acredita que a Lei Maria da Penha protege apenas parcialmente contra a violência doméstica e familiar, revelando que sua aplicação efetiva ainda enfrenta obstáculos. A maioria da população brasileira (74%) percebe um aumento da violência doméstica nos últimos 12 meses, com variações regionais. O maior índice foi

registrado no Distrito Federal (84%) e o menor no Rio Grande do Sul (62%). Menos de um quarto das mulheres (24%) conhece bem a Lei Maria da Penha, evidenciando a falta de informação sobre uma legislação crucial para a proteção feminina. Além disso, mesmo entre as que conhecem a lei, apenas metade (51%) acredita em sua eficácia e em uma proteção real contra a violência doméstica, o que destaca a necessidade urgente de maior conscientização e confiança na legislação. (DATASENADO 2024).

Além disso, os dados atuais reforçam a percepção de que os casos de violência doméstica têm crescido. Um levantamento nacional identificou que 74% da população percebeu um aumento significativo dessa violência no último ano, com algumas variações entre as unidades federativas (Agência Senado, 2024). Esses números indicam não apenas a gravidade do problema, mas também a necessidade urgente de ações e estratégias de apoio às mulheres em situação de violência.

A luta no qual se perpetua atualmente é contra um sistema provindo do patriarcado no qual as oprime, ameaçando sua integridade física, psicológica e moral, além de gerar desigualdades sociais. (Zanello e Andrade 2018)

Sendo assim, a teoria e a prática em Psicologia podem contribuir para garantia de direitos e superação de vulnerabilidades, destacando a necessidade de que sejam realizadas práticas psicossociais que abordam a interface entre cidadania e subjetividade e sejam interdisciplinares e intersetoriais (Rolim & Falcke, 2018).

De acordo com referência técnica elaborada pelo CFP para atuação junto à mulher em situação de violência, as atividades do psicólogo englobam a detecção de indícios de violência e a análise das condições psicossociais em que ela se manifesta, além do desenvolvimento de estratégias para superá-la (CREPOP, 2013). Ainda de acordo com essas diretrizes, a prática cotidiana nos serviços de atendimento perpassa pelo acolhimento, ou seja, oferecer uma escuta inicial e demonstrar que as demandas dessa mulher estão sendo ouvidas, acolhidas e respeitadas, além de encaminhamentos para os demais serviços da rede intersetorial.

De acordo com Boccato (2006), a pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica.

Diante do exposto, este trabalho tem como objetivo investigar como é realizado a intervenção psicológica para mulheres vítimas de violência doméstica no Brasil, compreendendo e analisando o que é ofertado em rede pública de saúde de forma a identificar

as tecnologias de apoio disponíveis para mulheres em situação de violência e compreender o papel da psicologia no tratamento e suporte a essas mulheres.

2. METODOLOGIA

O presente trabalho foi realizado através de uma pesquisa bibliográfica, que consiste na revisão da literatura relacionada à temática abordada. Para tanto, serão utilizados os portais Scielo, Biblioteca Virtual da Saúde, Google Acadêmico e Portal Capes.

Os critérios de inclusão foram artigos de pesquisa com população brasileiro, no qual foram publicados nos últimos 10 (dez) anos, ou seja, de 2014 ao ano de 2024. Além disso, os artigos devem abordar “violência doméstica” ou “violência contra mulher”. Enquanto os critérios de exclusão foram artigos com populações de outras culturas ou estrangeiras, artigos de outros idiomas, artigos de outras áreas que não da área da saúde psicológica, artigos que não abordassem intervenção psicológica.

O procedimento de análise utilizado foi selecionar artigos lidos e organizados por cinco juízes que definirão a inclusão e organização da seleção. Posteriormente, ao selecionar 10 artigos que abordavam violência doméstica e atendimento psicológico, foi realizado filtro garantindo os critérios de inclusão e exclusão, de forma a serem utilizados apenas 8 dos artigos inicialmente escolhidos.

Assumindo que o profissional de psicologia, inserido neste cenário, pode contribuir significativamente para diminuir esses prejuízos com o objetivo de apresentar a realidade da atuação desses profissionais, quais as práticas e intervenções utilizadas, avaliar a aplicabilidade e eficácia dos serviços disponíveis, a fim de identificar estratégias para aprimorar as políticas e intervenções de combate a esse tipo de violência, visando contribuir para uma reflexão sobre a violência contra a mulher no Brasil.

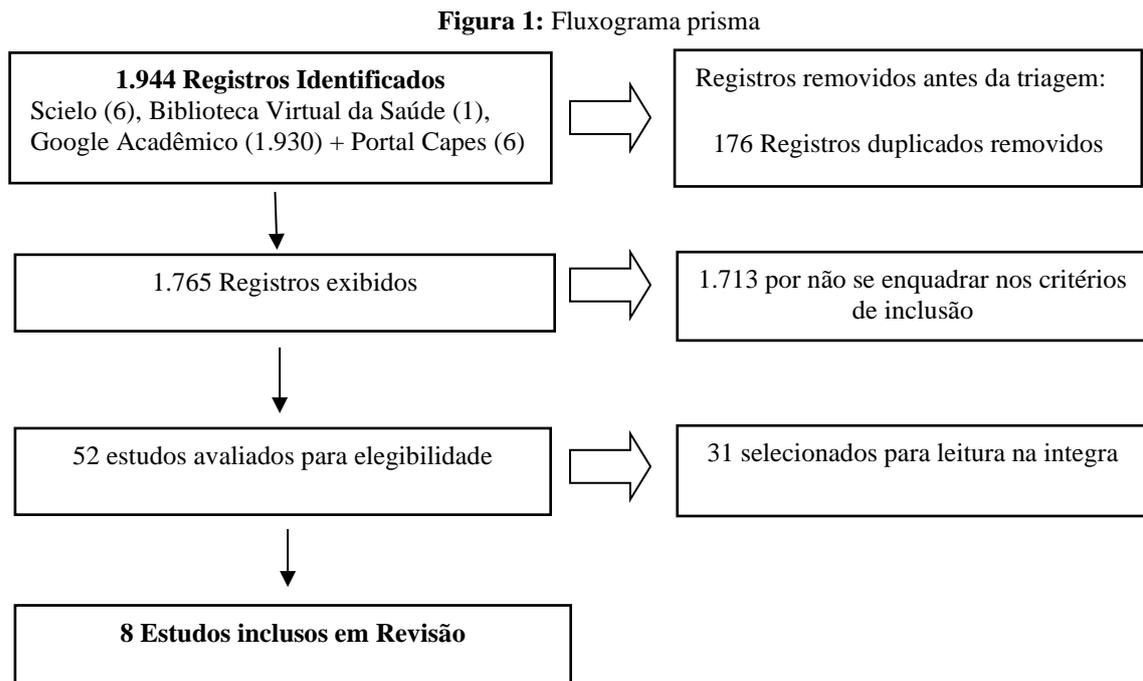
3. RESULTADOS

Este trabalho foi realizado por meio de uma pesquisa bibliográfica, que consiste na revisão da literatura relacionada à temática Violência Doméstica contra mulheres brasileiras e o papel dos profissionais psicólogos. Para a coleta dos dados, foram utilizados os seguintes portais de busca: Scielo, Google Acadêmico, Biblioteca Virtual da Saúde e o Portal Capes. Inicialmente

foram encontrados 1944 artigos identificados a partir dos descritores “intervenção psicológica”, “violência doméstica”, “violência contra mulher” e “políticas públicas 10/05/2024 ao dia 11/10/2024.

Desses artigos, 1716 foram excluídos por não pertencer ao critério de intervenção psicológica e/ou ao contexto requisitado, como por exemplo, intervenções psicológicas para homens autores de violência doméstica; 176 artigos foram excluídos por estarem em outra língua. Sendo assim, foram lidos 52 resumos de artigos a partir dos abstracts, dos quais quatro avaliadores concordaram que 31 destes deveriam ser lidos na íntegra. Após leitura do texto completo, foram incluídos 08 artigos para revisão. O fluxograma do processo está apresentado na Figura 1. Os artigos identificados e incluídos no presente trabalho se encontram no Quadro 01.

Figura 1: Fluxograma prisma



Fonte: As Autoras (2024)

No estudo qualitativo realizado por Porto (2017), foi conduzido um estudo clínico, realizado com psicólogas e uma equipe multiprofissional, abordando o empoderamento pessoal em atendimentos individuais e grupais nos Centros de Referência para Mulheres. No qual foram realizadas entrevistas com 12 psicólogas, destas seis com experiência em serviços de enfrentamento à violência contra mulheres e seis que atendiam mulheres em sua prática clínica, foi consolidado que em casos de violências contra mulher há necessidade de incorporar processos que vão além do acesso à informação sobre direitos, mas que também promovem

empoderamento das mulheres atendidas. O estudo demonstra que as intervenções devem ser baseadas na compreensão dos processos psíquicos e enfatiza a importância de integrar teorias psicológicas com a política feminista, de forma a contextualizar a complexidade da violência contra as mulheres. Um dos desafios que o estudo apresenta é o fato de as diretrizes não definir claramente as atribuições e responsabilidade de cada profissional, o que pode levar a conflitos e sobreposições de funções, além de atuação ineficaz.

Em seu trabalho Ribeiro (2017) também visou compreender a prática dos psicólogos, com foco que vai além de informar as mulheres, buscam seu desenvolvimento pessoal. De acordo com Ribeiro (2017), foi realizado um estudo de caso com intervenções individuais que reflete a prática clínica e que realiza uma análise da intervenção psicológica em mulheres que foram atendidas na consulta de Violência Doméstica da Fundação Materno-Infantil Mariana Martins. O estudo envolveu acompanhamento psicológico de mulheres vítimas de violência onde foram abertos 20 processos. As mulheres atendidas foram classificadas em três grupos com base nas suas condições psicológicas: Grupo 1: Mulheres prontas para mudar, com consequências leves na saúde mental. Grupo 2: Mulheres focadas em sintomas negativos, apresentando consequências moderadas na saúde mental. Grupo 3: Mulheres focadas em sentimento de culpa e auto culpa, com consequências graves na saúde mental.

Nesse estudo, a intervenção utilizada foi baseada na abordagem de Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) que visa modificar pensamentos automáticos negativos e promover respostas mais adaptativas a esses pensamentos, ajudando as vítimas a lidarem com suas emoções e comportamentos. A descoberta guiada ajudou as mulheres a avaliarem a validade de suas crenças e a desconstruir medos permitindo que as pacientes reflitam sobre suas experiências e percebam novas perspectivas sobre suas situações. Além disso, as intervenções também se concentraram em resgatar a autoestima das mulheres, ajudando-as a perceber seu valor e a desenvolver uma visão mais positiva de si mesmas. Isso é crucial para a construção de uma relação terapêutica eficaz e para a recuperação emocional das vítimas.

Da mesma forma Gonçalves e Gonçalves (2019) buscaram compreender intervenções sobre autoestima, que podem auxiliar no fim do relacionamento violento. No estudo realizado em 2019, por Gonçalves e Gonçalves (2019) no qual foi realizado intervenções individuais e grupais contato com os 33 Centros Especializados de Atendimento à Mulher (CEAMs) localizados no estado do Rio de Janeiro e enviado questionários digitais aos psicólogos que trabalhavam nesses centros, demonstrou que a atuação da psicologia pode oscilar entre uma perspectiva individualizante e uma abordagem que considera as relações sociais e hierárquicas de gênero. Foi destacado a importância de promover a autoestima das mulheres, interromper o

ciclo da violência e ajudá-las a desenvolver condições para superar suas situações de vulnerabilidade.

Além disso, os profissionais atuantes reconhecem que seu trabalho é essencial para a identificação de sinais de violência e para a prevenção de sua repetição, contribuindo para a tomada de consciência das mulheres sobre seus direitos. Entretanto, alguns dos obstáculos apresentados são as condições de precariedade, com vínculos empregatícios temporários ou instáveis, o que dificulta a continuidade e a eficácia do atendimento; a lacuna significativa na formação e capacitação contínua das equipes, o que pode comprometer a qualidade do atendimento oferecido; a rotatividade nas equipes de forma a dificultar a construção de um trabalho colaborativo eficaz. Essas situações consolidam a necessidade de um fortalecimento das políticas públicas e investimentos na formação, além da estabilidade das equipes que atuam nesses centros para que assim, consigam oferecer um atendimento de qualidade às mulheres em situação de violência (Gonçalves & Gonçalves, 2019).

Rolim e Falcke (2018) a partir de uma abordagem exploratória realizaram um estudo qualitativo com oito psicólogos que atuam nos dispositivos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). responderam a uma entrevista estruturada. Foram convidados a participar todos os psicólogos que desenvolvem atividades nos dispositivos do Sistema Único de Assistência Social (Suas) no Vale do Paranhana, Rio Grande do Sul. Dos 10 psicólogos que trabalham nesses serviços, oito aceitaram participar, sendo sete mulheres e um homem, com idades variando entre 27 e 40 anos. O tempo de atuação profissional variou de dois a 13 anos. Esse estudo trouxe como resultado que a maioria dos psicólogos realizam atendimentos individualizados com intervenções multiprofissionais e sem protocolos de forma que expõem a tendência da psicologia de individualizar os problemas do indivíduo, tratando como patologia.

Os atendimentos são realizados em conjunto com assistentes sociais de forma a permitir uma abordagem mais abrangente e integrada, porém há necessidade de melhor definição de papéis entre profissionais. Outro desafio, é a adaptação dos profissionais com relação às abordagens teóricas e ao contexto do SUAS, sendo destacado a necessidade de formação e suporte para que os profissionais possam exercer sua função com propriedade e de forma sólida. Além disso, outras intervenções realizadas são o encaminhamento para outros serviços e também orientações sobre como registrar denúncias e solicitar medidas protetivas. Uma problematização é como o atendimento tende a ser encerrado após isso, de forma a cessar o suporte necessário às vítimas de violência doméstica (Rolim & Falcke, 2018).

Já no contexto de Delegacias, foi realizado um estudo por Souza e Faria (2017). A pesquisa quantitativa-qualitativa foi formada por uma amostra por conveniência. Como critério de

inclusão, foram selecionados profissionais graduados em Psicologia, que atuaram em delegacias de atendimento à mulher no Brasil. Como critério de exclusão, não foram elegidos estagiários e estudantes que desenvolviam intervenções por meio de projetos de extensão e/ou atividades vinculadas à graduação em Psicologia. No estudo sobre as Delegacias especializadas em atendimento de mulheres – DEAMS demonstrou que há diversidade em relação às normas de atendimento, abordagem teórica e como é realizado as intervenções, sendo o acolhimento psicológico o mais utilizado, assim como a psicoterapia breve. Os profissionais atuantes nessa área fornecem orientações e realizam encaminhamento a outros serviços de rede. Além disso, os profissionais que atuam nessa área têm desafios referentes à infraestrutura visto que muitos profissionais não tem salas apropriadas para ser realizado os atendimentos, baixa adesão do público alvo pois apesar da oferta de atendimento gratuito há pouca procura pelo atendimento e a configuração do sistema judiciário brasileiro pois não há cargo de psicólogo nas delegacias, de forma que compromete a atuação eficaz do profissional (Souza & Faria, 2017).

Um estudo de Silva et. al (2021), no qual visava identificar as possibilidades de intervenção psicológica direcionadas à superação das diferentes formas de violência doméstica sofridas por mulheres, foi realizada uma pesquisa qualitativa na base de dados BVS Brasil (Biblioteca Virtual em Saúde – Brasil) no qual utilizaram-se palavras-chave como "violência doméstica" e "psicologia". As formas de intervenção identificadas nos artigos analisados foram o uso de acolhimento, orientação e acompanhamento enquanto nos Centros e Núcleos de Referência da mulher em situação de violência e também há articulação da rede com variação de estrutura e atendimento entre as diferentes localidades. Além disso, o estudo demonstrou que as intervenções grupais apresentam como estratégia a promoção de discussão, de forma que os participantes ensinam e aprendem ao mesmo tempo, encontrando suporte para transformar sua realidade. Há também possibilidade de plantões psicológicos no qual é realizado uma consulta sem duração pré determinada e oferecido no momento exato da necessidade, no qual são utilizados entrevista clínica psicodiagnóstica e acolhimento, sendo mais comum em serviços de DEAM (Silva et al., 2021).

No estudo qualitativo realizado por Pedrosa e Zanello (2017), foi formado um grupo de mulheres que foi organizado entre abril e dezembro de 2015, com encontros semanais. As participantes foram encaminhadas por profissionais do Caps devido a seus históricos de vivência de situações de violência. O grupo era aberto e voluntário, permitindo variações no número de participantes a cada encontro, com um mínimo de dois e um máximo de seis mulheres nos atendimentos realizados no CAPS. As psicólogas que conduziram o grupo

adotaram uma abordagem de escuta ativa e acolhimento, criando um ambiente seguro para que as mulheres pudessem compartilhar suas experiências e sentimentos.

As mulheres relataram um aumento significativo em sua percepção de empoderamento devido às ações de autonomia que adotaram, as quais lhes permitiram questionar os papéis impostos, como o de responsáveis exclusivas pelas tarefas domésticas, e implementar estratégias para dividir responsabilidades no ambiente familiar, promovendo o desenvolvimento de sua independência. O compartilhamento de experiências permitiu que elas reconhecessem suas situações como violentas e se sentissem mais fortes para buscar mudanças em suas vidas. Além disso, a experiência de ouvir e ser ouvida ajudou as participantes a validarem seus sentimentos e experiências, promovendo um processo de cura e transformação. Muitas relataram que a troca de histórias com outras mulheres foi uma experiência transformadora. Através da reconstrução de suas histórias de vida, as mulheres puderam entender melhor suas experiências e traçar novos caminhos para o futuro. A análise das histórias de vida, juntamente com a escuta ativa, contribuiu para uma elaboração psíquica mais saudável. Sendo assim, é possível destacar que no Centro de Atenção Psicossocial, é comum a intervenção ser realizada em grupos abertos e voluntários. Os atendimentos em grupos ajudam no enfrentamento de situações de violência e na construção de novas relações interpessoais, de forma a resgatar o sujeito (Pedrosa & Zanello, 2017).

Em outro estudo qualitativo por Medeiros e Zanello (2018), no qual buscou entender como os serviços em Centros de Referência de violência contra mulheres e em Centros de Atenção Psicossocial acolhiam as demandas foi percebido que cada serviço focava apenas na sua área específica de atuação. A intervenção psicológica mencionada é a construção de grupos de mulheres, que proporciona uma escuta clínica sob a perspectiva de gênero.

Essa abordagem visa complementar outras ações terapêuticas e oferecer um espaço de acolhimento e suporte para mulheres vítimas de violência. Além disso, o estudo critica a medicalização e a invisibilidade do gênero nos serviços de saúde mental. De acordo com a pesquisa, o papel do psicólogo é fundamental na escuta e acolhimento das demandas das mulheres em situação de violência, promovendo intervenções que considerem as especificidades de gênero. O psicólogo deve atuar na construção de um espaço seguro para as mulheres, facilitando a expressão de suas experiências e sofrimento. Além disso, é importante que o psicólogo contribua para a articulação entre as políticas de saúde mental e as políticas para mulheres, visando um atendimento mais integral e eficaz (Medeiros & Zanello, 2018).

Sendo assim, as principais intervenções psicológicas utilizadas são o acolhimento da vítima, orientação quanto aos direitos, encaminhamento aos serviços de rede e intervenções

grupais, além de contar com atendimentos individuais e interdisciplinares dependendo do local de atendimento. Entretanto, embora haja políticas públicas para o grupo em estado de vulnerabilidade mencionado, há desafios como por exemplo as abordagens teóricas e como aplicá-las nesses contextos de políticas públicas, escassez de diretrizes para atuação do psicólogo de forma eficaz, pela fragilidade do conhecimento teórico-metodológico para compreensão da temática e muitas vezes carência de infraestrutura.

Quadro 1:

Artigos incluídos no presente trabalho

Autores, ano, título	Objetivos	Tipo de estudo	Principais resultados
Silva, H. C., Ataíde, M. F. B., & Moreira, T. D. S. (2021). Atenção psicológica à mulher em situação de violência doméstica no Brasil: Uma revisão integrativa. <i>Textura</i> , 14(2), 95-102	A pesquisa foi realizada por meio de uma revisão bibliográfica integrativa, com o objetivo de identificar e analisar intervenções psicológicas voltadas para mulheres em situação de violência doméstica	Análise qualitativa a partir de uma revisão bibliográfica integrativa. Foi realizada uma pesquisa na base de dados BVS Brasil (Biblioteca Virtual em Saúde – Brasil) utilizando palavras-chave como "violência doméstica" e "psicologia". Os filtros aplicados incluíram o idioma (português) e o ano de publicação (a partir de 2007). A pesquisa inicial retornou 358 artigos. A partir da leitura dos títulos e resumos, foi feita uma seleção baseada em critérios específicos: Os artigos deveriam apresentar ou propor algum tipo de intervenção psicológica voltada para mulheres em situação de violência doméstica; ter sido publicados entre 2007 e 2019; deveriam estar escritos em língua portuguesa.	As principais estratégias identificadas foram intervenções em grupo, plantões psicológicos e atendimentos inter ou multidisciplinares
Gonçalves, E. N., & Gonçalves, H. S. (2019). <i>A Psicologia junto aos</i>	Conhecer o trabalho da psicologia nos Centros Especializados de atendimento à	Pesquisa de campo. Na primeira fase do estudo, 33 CEAMs foram contatados, número que representa a totalidade destes	Apontou para a ênfase na intervenção interdisciplinar, nas relações de troca e suporte entre as profissionais. Além de ser utilizado atendimento individual

<p>Centros Especializados de Atendimento à Mulher. Psicologia USP, 30, e180192.</p>	<p>Mulher (CEAMs) localizados no estado do Rio de Janeiro, bem como examinar o lugar da psicologia nas políticas de enfrentamento à violência de gênero</p>	<p>serviços localizados no estado do Rio de Janeiro. Foram realizados contatos telefônicos com 32 centros e 45 questionários digitais foram respondidos, referentes a todos os CEAMs que contavam com psicólogos em seus quadros. Na segunda fase, foram realizadas cinco entrevistas presenciais com psicólogas que integravam as equipes de atendimento às mulheres em situação de violência dos centros especializados, localizados no município do Rio. Ao todo, a pesquisa de campo teve a duração de um ano e quatro meses. Todo o material de pesquisa foi submetido à análise de conteúdo.</p>	<p>(psicológico ou interdisciplinar), psicoterapia, triagem (individual ou interdisciplinar), triagem para abrigo, primeiro atendimento, acompanhamento e atendimento em grupos de reflexão</p>
<p>Rolim, K., & Falcke, D. (2018). Práticas em psicologia no atendimento a situações de violência conjugal em dispositivos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Revista Pesquisas e Práticas</p>	<p>O objetivo da pesquisa foi conhecer e caracterizar as práticas desenvolvidas por psicólogos no atendimento a situações de violência conjugal nos dispositivos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) na região do Vale do Paranhana, RS, Brasil. A pesquisa buscou identificar as</p>	<p>Estudo qualitativo e exploratório. O estudo incluiu oito psicólogos, sendo sete mulheres e um homem, com idades entre 27 e 40 anos e experiência profissional variando de dois a 13 anos. As entrevistas semiestruturadas foram compostas por seis questões que abordavam a rotina de trabalho, a experiência com violência conjugal, as abordagens teóricas e as intervenções realizadas. A análise dos</p>	<p>A maioria dos atendimentos é realizada de forma individual, com foco em mulheres, crianças e adolescentes, refletindo uma abordagem centrada na vítima. Os psicólogos frequentemente trabalham em colaboração com assistentes sociais, o que permite uma abordagem mais integrada, embora haja momentos de sobreposição nas intervenções. O encaminhamento para outros serviços da rede, como Delegacias de Polícia e Defensoria Pública, foi identificado como a principal intervenção. Isso inclui orientações sobre como registrar</p>

<p>Psicossociais, 13(4), 1-16.</p>	<p>intervenções realizadas, as abordagens teóricas utilizadas pelos profissionais e os desafios enfrentados no contexto do atendimento a essa demanda.</p>	<p>dados seguiu os procedimentos da Análise de Conteúdo, resultando em quatro categorias principais e 19 subcategorias.</p>	<p>denúncias e solicitar medidas protetivas. Os psicólogos realizam acolhimento inicial e avaliação das necessidades das vítimas, o que é fundamental para direcionar as intervenções adequadas. Em alguns casos, são realizadas visitas domiciliares para melhor compreender a situação da vítima e oferecer suporte direto.</p>
<p>Medeiros, M. P. de, & Zanello, V. (2018). Relação entre a violência e a saúde mental das mulheres no Brasil: análise das políticas públicas. Estudos e Pesquisas em Psicologia, 18(1), 384-403.</p>	<p>Tem como objetivo pesquisar e discutir que tipo de interface existe (ou não) entre as políticas públicas para as mulheres e as políticas de saúde mental no Brasil</p>	<p>A análise qualitativa dos documentos relacionados às políticas para as mulheres e os relacionados à saúde mental no Brasil.</p>	<p>Um exemplo de intervenção possível seria a construção de grupos de mulheres, em uma escuta clínica sob a perspectiva de gênero, a qual pode se constituir como um dispositivo em saúde mental, complementar a outras ações terapêuticas</p>
<p>Oliveira, S., Zanello, V., Silva, E., & Portela, C. (2017). Reconstruindo histórias para além do diagnóstico psiquiátrico: escuta (e intervenção) de gênero como meio de empoderamento de mulheres com histórico de relações violentas</p>	<p>O estudo busca descrever como a experiência de um grupo de mulheres, realizado em um Centro de Atenção Psicossocial (Caps), impactou significativamente a vida das participantes, especialmente aquelas que vivenciaram situações de violência de gênero e como essa abordagem pode</p>	<p>Estudo qualitativo, focado na experiência de um grupo de mulheres que participaram de encontros em um Centro de Atenção Psicossocial (Caps). Um grupo de mulheres foi organizado entre abril e dezembro de 2015, com encontros semanais. As participantes foram encaminhadas por profissionais do Caps devido a seus históricos de vivência de situações de violência. O grupo era aberto</p>	<p>O método de intervenção utilizado no estudo foi a formação de um grupo de apoio que se reunia semanalmente ao longo de nove meses. Isso permitiu que as participantes abordassem questões relevantes para elas, incluindo a violência que vivenciaram, além de oferecer uma escuta ativa e acolhimentos dessas mulheres.</p>

	realizar transformação social e promover a autonomia das mulheres.	e voluntário, permitindo variações no número de participantes a cada encontro, com um mínimo de dois e um máximo de seis mulheres.	
Porto, M. (2017). Atendimento Psicológico às Mulheres em Situação de Violência nas Políticas Públicas. <i>Psicologia Ensino & Formação</i> , 8(1), 58-69.	Apresentar como um grupo de psicólogas avalia as orientações oficiais para o atendimento psicológico às mulheres em situação de violência no que se refere ao atendimento em psicologia na equipe multiprofissional.	Foi realizada uma pesquisa de campo na qual foram entrevistadas 12 psicólogas.	Demonstrou que as 75% das intervenções da Psicologia na equipe multiprofissional da política de enfrentamento à violência contra as mulheres se dividem em duas categorias: 1) promoção do empoderamento pessoal, destaca também a discriminação das atribuições profissionais da Psicologia.
Ribeiro, C. (2017). Intervenção psicológica em mulheres vítimas de violência doméstica.	Investigar a prática clínica junto de mulheres vítimas de violência doméstica e abordar o modelo de intervenção utilizado junto destas mulheres, bem como os resultados.	Pesquisa de campo. O estudo envolveu o acompanhamento psicológico de mulheres vítimas de violência doméstica, onde foram abertos cerca de 20 processos para atender essas mulheres que aceitaram participar da consulta. O artigo faz uma comparação entre a literatura existente sobre o tema e a prática clínica observada na instituição. Isso inclui a análise de estudos anteriores e a aplicação de teorias e modelos de intervenção que já foram testados e validados.	O artigo discute a prática clínica na consulta de Violência Doméstica da Fundação Materno-Infantil Mariana Martins, onde são aplicadas abordagens psicoterapêuticas que incluem terapia cognitivo-comportamental. Entre as técnicas mencionadas, destaca-se a "descoberta guiada", que ajuda as vítimas a avaliar a validade de suas crenças e a desconstruir medos. Além disso, há um foco em enfatizar aspectos positivos da vida das mulheres, ajudando-as a resgatar a autoestima e a perceber seu valor, o que é crucial para a construção de uma relação terapêutica eficaz.
Souza, T. M. C., & Faria, J. S. (2017). Descrição	Buscou caracterizar a atuação de psicólogos em Delegacias	Trata-se de pesquisa quantitativa-qualitativa. A amostra foi formada por	O papel do psicólogo é apreendido pelas participantes de maneira heterogênea, desempenhando funções

<p>dos serviços de psicologia em delegacias especializadas de atendimento às mulheres no Brasil. Avances en Psicología Latinoamericana, 35(2), 253-265.</p>	<p>Especializadas de Atendimento às Mulheres (DEAMs), no Brasil, objetivando identificar o perfil profissional, as bases epistemológicas, os modelos teóricos e os instrumentos utilizados no cotidiano, bem como os desafios, dificuldades e/ou potencialidades experienciados pelos profissionais no trabalho junto a sujeitos em contexto de violência.</p>	<p>conveniência. Como critério de inclusão, foram selecionados profissionais graduados em Psicologia, que atuaram em delegacias de atendimento à mulher no Brasil. Como critério de exclusão, não foram elegidos estagiários e estudantes que desenvolviam intervenções por meio de projetos de extensão e/ou atividades vinculadas à graduação em Psicologia.</p>	<p>quanto à: Acolhimento psicológico às mulheres que procuram pelo serviço; orientações e/ou informações à demanda atendida acerca da violência doméstica; encaminhamentos a outros serviços da rede de enfrentamento à violência contra a mulher; atuação com responsabilidade social, sendo mediador de transformações sociais; reconhecimento da categoria profissional neste campo de atuação. Além disso, foi constatado que as maiores intervenções são o acolhimento psicológico e logo após a psicoterapia breve.</p>
---	--	--	---

Fonte: As autoras (202

4. CONCLUSÃO

A violência doméstica é um grave problema de saúde pública, que tem impactos psicológicos marcantes e duradouros nas vítimas. Apesar do desenvolvimento de leis e instituições como a Lei Maria da Penha, a violência contra as mulheres continua a ser um problema sério e preocupante, exigindo a implementação de políticas públicas eficazes e abrangentes baseadas nos princípios dos direitos humanos e da responsabilidade. Prevenir e legitimar tais crimes e proteger a soberania e a dignidade das mulheres, pois os impactos podem ser físicos, psicológicos e sociais. Portanto é necessário que as políticas públicas sejam reforçadas para oferecer suporte adequado às mulheres que sofrem violência doméstica, garantindo a elas seu direito de bem-estar moral e psicológico.

Esta pesquisa buscou caracterizar quais são as formas de intervenção mais utilizadas pelos profissionais de psicologia com pacientes em contexto de violência doméstica, além de destacar quais são os desafios hodiernos das políticas públicas disponíveis.

As intervenções psicológicas no enfrentamento à violência contra a mulher são diversas, incluindo acolhimento, orientação sobre direitos, encaminhamento para serviços de rede, intervenções grupais e atendimentos individuais e interdisciplinares. No entanto, há desafios significativos, como a falta de diretrizes claras para a atuação dos psicólogos, a necessidade de formação adequada, a precariedade das condições de trabalho e a carência de infraestrutura. Esses fatores comprometem a eficácia das intervenções e a continuidade do atendimento, reforçando a importância de fortalecer políticas públicas e a capacitação dos profissionais para garantir um suporte efetivo às mulheres em situação de vulnerabilidade.

Os artigos enfatizam a importância de desenvolver intervenções psicológicas direcionadas às mulheres que sofreram violência doméstica. Isso inclui a criação de grupos reflexivos, atendimentos individuais e interdisciplinares, que ajudam as mulheres a compartilhar experiências e a encontrar suporte emocional. Além disso, há o fato de que a colaboração entre diferentes profissionais, como psicólogos, assistentes sociais e outros profissionais é destacada como essencial para oferecer um atendimento mais completo. A interseção entre violência e saúde mental é uma área que requer mais atenção nas políticas públicas, pois muitas vezes as abordagens existentes são gerais e não consideram as especificidades do impacto da violência de gênero.

Embora existam políticas específicas, a integração da violência como um fator de risco para a saúde mental ainda é inadequada. Recomenda-se que futuras políticas considerem essa interseção de forma mais eficaz. Além do mais, as intervenções devem ser adaptadas às

realidades específicas das mulheres, levando em conta fatores como classe social, raça e cultura. Sendo assim, é apontado uma necessidade de um sistema de apoio eficaz que não apenas trate os sintomas, mas também aborde as causas subjacentes e promova a recuperação de sujeito dessas vítimas.

Os estudos realizados identificam práticas que mostraram eficácia, como acolhimento, intervenções em grupo, que são fundamentais para o empoderamento e a recuperação das mulheres. No entanto, os autores ressaltam a necessidade de mais pesquisas para ampliar o conhecimento sobre as práticas mais eficazes e para entender melhor o contexto social das mulheres que enfrentam violência além da melhoria em relação ao conhecimento teórico-metodológico para compreensão da temática e como a mesma se adere às políticas públicas disponíveis.

REFERÊNCIAS

Agência Senado. (2024, 28 de fevereiro). DataSenado divulga pesquisa de violência contra a mulher nos estados e no DF. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/02/28/datasenado-divulga-pesquisa-de-violencia-contra-a-mulher-nos-estados-e-no-df>

Bocato, V. R. C. (2006). Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. *Revista de Odontologia da Universidade Cidade de São Paulo*, 18(3), 265-274.

Brasil. (2006, 7 de agosto). Lei n.º 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm

CEVID - TJPR. ([s.d.]). Impactos da violência doméstica e familiar na saúde das mulheres e das crianças. <https://www.tjpr.jus.br/web/cevid/impactos-violencia-domestica>

Conselho Federal de Psicologia – CFP. (2012). Referências técnicas para prática de psicólogas(os) no Centro de Referência Especializado da Assistência Social – Creas.

Gonçalves, E. N., & Gonçalves, H. S. (2019). A Psicologia junto aos Centros Especializados de Atendimento à Mulher. *Psicologia USP*, 30, e180192. <https://doi.org/10.1590/0103-6564e180192>

Instituto Maria da Penha. (2006, February 8). Lei Maria da Penha na íntegra e comentada. Instituto Maria da Penha. <https://www.institutomariadapenha.org.br/lei-11340/lei-maria-da-penha-na-integra-e-comentada.html>

Iung Rolim, K., & Falcke, D. (2018). Práticas em psicologia no atendimento a situações de violência conjugal em dispositivos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). *Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 13(4), 1-16. http://www.seer.ufsj.edu.br/revista_ppp/article/view/3201

Marques Ribeiro, C. (2017). Intervenção psicológica em mulheres vítimas de violência doméstica.

Medeiros, M. P. de, & Zanello, V. (2018). Relação entre a violência e a saúde mental das mulheres no Brasil: análise das políticas públicas. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 18(1), 384-403.

Oliveira, S., Zanello, V., Silva, E., & Portela, C. (2017). Reconstruindo histórias para além do diagnóstico psiquiátrico: escuta (e intervenção) de gênero como meio de empoderamento de mulheres com histórico de relações violentas.

Porto, M. (2017). Atendimento Psicológico às Mulheres em Situação de Violência nas Políticas Públicas. *Psicologia Ensino & Formação*, 8(1), 58-69. <https://doi.org/10.21826/2179-58002017815869>

Silva, H. C., Ataíde, M. F. B., & Moreira, T. D. S. (2021). Atenção psicológica à mulher em situação de violência doméstica no Brasil: Uma revisão integrativa. *Textura*, 14(2), 95-102. https://doi.org/10.22479/texturav14n2p95_102

Souza, T. M. C., & Faria, J. S. (2017). Descrição dos serviços de psicologia em delegacias especializadas de atendimento às mulheres no Brasil. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 35(2), 253-265. <https://doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/apl/a.3687>